

Revolução e religião: as relações entre a Igreja e o Estado na Cuba contemporânea

Revolution and religion: The relations between Church and State in contemporary Cuba

Marcos Antonio da Silva¹
marcoasilva@ufgd.edu.br

Guillermo Alfredo Johnson¹
guijohnson@uol.com.br

Resumo

O presente trabalho discute a relação entre a Igreja Católica e o Estado em Cuba desde o início do processo revolucionário (1959) até os dias atuais. Neste sentido, analisa três momentos fundamentais: a tensão e o distanciamento no bojo do processo de transição ao socialismo desenvolvido no país; a reaproximação que culminou com a visita do Papa João Paulo II nos anos 90, ainda sob o impacto da queda do bloco soviético e do isolamento internacional que o país enfrentava; e, finalmente, as relações recentes, marcadas pela visita do papa, agora emérito, Bento XVI e pela afirmação da Igreja Católica como principal interlocutor interno com o governo cubano. Desta forma, este trabalho demonstra que as tensas relações dos anos 60 foram substituídas pelo estabelecimento de relações estáveis, uma normalidade acidentada, que propiciaram a emergência da Igreja Católica como ator fundamental no atual contexto político cubano.

Palavras-chave: Igreja Católica, revolução, rompimento, aproximação.

Abstract

This paper discusses the relationship between the Catholic Church and the State in Cuba from the beginning of the revolutionary process (1959) to the present day. In this sense, it examines three key moments: the tension and distance in the context of the transition to socialism developed in the country; the reapproaching that culminated with the visit of Pope John Paul II in the 90s, still under the impact of the fall of the Soviet bloc and the international isolation faced by the country, and finally the more recent relationships, marked by the visit of the Pope, now emeritus, Benedict XVI and the affirmation of the Catholic Church as the main internal interlocutor with the Cuban government. Thus, this work demonstrates that the strained relations in the 60s were replaced by the establishment of stable relationships, a checkered normality, which enabled the emergence of the Catholic Church as a key actor in the current Cuban political context.

Keywords: Catholic Church, revolution, breakup, approach.

Introdução

A sociedade cubana, apesar de seus evidentes laços com a América Latina (históricos, culturais, políticos...), possui uma singularidade que torna mais complexa a compreensão de sua realidade contemporânea. Tal singularidade está

¹ Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas. Rodovia Dourados, Itahum, Km 12, Cidade Universitária. Cx. Postal 533, 79804-970, Dourados, MS, Brasil.

associada ao processo de construção do socialismo, o modelo soviético com seu impacto em todo o tecido social e seus desafios recentes. Tal processo, além da profunda transformação política e econômica, determinou as relações sociais e, por consequência, as relações entre a Igreja e o Estado, redefinindo uma história secular de profunda influência da Igreja Católica, ainda que cultos africanos e protestantes tivessem uma presença significativa no país.

Tal relação foi se alterando conforme a dinâmica de implantação do socialismo, que atravessou diversas fases desde os anos 60. Sendo assim, pode-se apontar que, nos anos 60, predominou uma postura de incompreensão e conflito de ambos os lados. Pouco a pouco, tal postura se modifica para uma acomodação tensa das relações. Finalmente, nas três últimas décadas, associada às mudanças e impactos oriundos da fragmentação do bloco soviético, ocorre uma reaproximação entre a liderança revolucionária e a hierarquia católica, demonstrando uma convergência de interesses, tornando a Igreja Católica a principal interlocutora interna do regime cubano (Contreras Garcia, 2013).

Assim, como em toda a América Latina, a Igreja Católica possuía em Cuba uma presença intensa. Como aponta Bethell (2001), desde a colonização na América Hispânica, a Igreja desempenhava um papel fundamental no arranjo colonial. Além de contribuir para a justificativa da colonização, as relações entre a Igreja e o Estado foram moldadas por uma profunda proximidade, o que, diferentemente do caso brasileiro, contribuiu para que adquirisse relevância econômica. Desta forma, a Igreja tornou-se um ator político relevante que deveria ser levado em consideração, pois qualquer transformação ou mudança política poderia tocar, em maior ou menor medida, em seus interesses.

Desta forma, este trabalho procura compreender a dinâmica da relação entre o Estado e a Igreja em Cuba, desde os anos 60 até os dias atuais. Para tanto, ele se estrutura da seguinte forma. Na primeira parte, analisa os momentos iniciais desta relação, procurando compreender a natureza dos conflitos e distanciamento. Em seguida, discute os impactos e as transformações recentes, em que ocorre uma reaproximação entre ambos, culminando com a visita do papa João Paulo II nos anos 90, e a condução da Igreja Católica a um ator político relevante e principal interlocutora interna do governo cubano.

Revolução e religião, Igreja e Estado: incompreensão e distanciamento.

A Revolução Cubana foi, antes de tudo, uma revolução nacionalista que se radicalizou diante das circunstâncias internas e externas, adquirindo novos contornos que a conduziram ao processo de construção do socialismo. Como aponta Sader (2001), parte do programa revolucionário já estava construído e foi revelado na famosa defesa de Fidel Casto diante do julgamento do ataque ao quartel de Moncada, conhecida como "A história me absolverá". Nesta, além da denúncia da realidade ditatorial que o país enfrentava, estabelecia-se um programa

mínimo que seria desenvolvido, caso tivessem alcançado a vitória, sendo retomado após a Revolução de 1959, e que pode ser sintetizado nos seguintes pontos: a retomada da vigência da Constituição de 1940, a reforma agrária, o direito de participação dos operários e empregados nos lucros das empresas e dos colonos nos rendimentos do açúcar, a diminuição dos preços dos aluguéis, o julgamento dos casos de malversação do dinheiro público e a confiscação de bens malversados. Além disto, apontava a necessidade de uma reforma integral do ensino, da afirmação da soberania do país e a nacionalização dos trustes de eletricidade e telefonia (Sader, 2001, p. 31-32).

Certamente a luta revolucionária (1956-1959) pode ter influenciado na ampliação do programa; no entanto, ao alcançarem o poder, tais mudanças, embora implementadas de maneira gradual, conduziram ao aprofundamento e à radicalização da revolução. Isto porque tocavam em interesses estabelecidos dos grandes proprietários rurais e das elites econômicas locais, por um lado, mas, principalmente, dos EUA, já que grande parte das terras e das atividades econômicas era controlada por empresas norte-americanas. Ainda, deve-se considerar que o contexto internacional, marcado pela guerra fria, indicava que qualquer projeto de justiça social na região adquiriria o verniz de comunista e era combatido pela política externa norte-americana (Ayerbe, 2004). Desta forma, mesmo sendo fonte de controvérsias e polêmicas, a Revolução Cubana vai se radicalizando e, em 1961, é proclamado o caráter socialista desta, abrindo caminho para o apoio soviético.

A partir disto, ao longo da primeira parte dos anos 60, vai se conformando uma mentalidade, baseada na difusão e incorporação do marxismo como ideário norteador dos princípios revolucionários, e uma institucionalidade socialista com a estruturação e o desenvolvimento das organizações de massa (partido, forças armadas, sindicato, federações de mulheres e estudantes, entre outras), com a adoção do modelo econômico estatal e centralizado e com a organização das instâncias políticas sob a liderança de Fidel Castro, amparado no modelo soviético. Vale ressaltar que todo este processo esteve, pelo menos neste período inicial, imerso em grandes debates e na tentativa de construção de um socialismo alicerçado na tradição, na história e na perspectiva nacional, não se constituindo, portanto, numa mera reprodução do modelo soviético.

Desde então, a afirmação do ideário e do modelo socialista torna-se o elemento fundamental para compreender as relações entre o Estado e a Igreja no país ou, mais especificamente, a liderança revolucionária e a hierarquia católica e a tensão e o distanciamento que se seguiram. Os focos de tensão têm origem nos objetivos e ações desenvolvidas por ambos.

A Igreja Católica, fortemente influenciada pelo clero conservador espanhol, possuía razões gerais e locais para lidar com as mudanças em desenvolvimento que a conduziam ao distanciamento da máquina estatal. Em termos gerais, o anticomunismo, alimentado pela visão marxista de religião como ópio do povo e pelo ateísmo como elemento presente no corpo clássico desta doutrina, gerava inevitavelmente a desconfiança (e a dis-

cordância) em relação aos ideais revolucionários. Desta forma, como aponta Mayedo (2006), já em maio de 1960, o arcebispo de Santiago de Cuba afirmava em sua carta pastoral que

Los campos están ya deslindados entre la Iglesia y sus enemigos [...] No puede ya decirse que el enemigo está a las puertas, porque en realidad está dentro, hablando fuerte, como quien está situado en propio predio. No en vano algunos avisados, de percepción más fina, andaban hace ya algún tiempo, alarmados y cautelosos, disponiéndose a luchar con los que tratan de imponer, sin más ni más, el pesado yugo de una nueva esclavitud (in Mayedo, 2006, p. 146).

Ainda no mesmo ano, em 07 de agosto, os bispos do país produziram uma Circular Coletiva do Episcopado Cubano, para ser lida em todas as igrejas em que, apesar do apoio a certas mudanças revolucionárias, afirmavam que

No se le ocurra, pues, a nadie venir a pedirles a los católicos en nombre de una mal entendida unidad ciudadana, que nos callemos nuestra oposición a estas doctrinas, porque no podríamos acceder a ello sin traicionar nuestros más profundos principios. Contra el comunismo materialista y ateo está la mayoría absoluta del pueblo cubano, que es católico y que solo por el engaño y la coacción podrían ser conducidos a un régimen comunista (in Mayedo, 2006, p. 148).

Desta forma, o anticomunismo dificultava algum tipo de acomodação com o novo regime, mas outros fatores contribuíram para determinar o distanciamento e a ruptura.

Dentre as medidas adotadas pela liderança revolucionária duas tocaram diretamente nos interesses da Igreja e nas suas fontes de rendimentos. Primeiro, a universalização da educação, associada à promoção de uma educação laica e com elementos de marxismo, diminuiu os rendimentos oriundos de colégios católicos e a capacidade de influência da hierarquia. Além disto, embora em menor medida, a Lei de Reforma Urbana, de 1960, ao diminuir o preço dos aluguéis e facilitar a aquisição dos mesmos pelos inquilinos, também incidiu sobre parte da renda da Igreja no país. Desta forma, o aprofundamento das mudanças e a adoção do ideário socialista contribuíam, inevitavelmente, para uma dinâmica de conflitos nestas relações do período.

Na perspectiva da liderança cubana, os fatores principais para o distanciamento estavam no corpo do próprio marxismo e no principal desafio que a revolução enfrentava². Em grande medida, o marxismo foi construído no diálogo crítico com a abordagem feuerbachiana que identificava na religião uma projeção dos anseios humanos, e, reafirmado pela abordagem

materialista do jovem Marx, conduziu à famosa identificação da religião como ópio do povo. Desta forma, o marxismo clássico afirmava que a religião era um produto ideológico dos grupos dominantes, o que, associado aos dilemas enfrentados pelos soviéticos, determinou uma postura de crítica da religião em geral, e da Igreja em particular.

Sendo assim, como aponta Alonso (2011),

Para a maior parte da população cubana crente, o dilema dos anos 1960 se apresentou como uma contradição: "catolicismo ou revolução". Esse dilema era mais agudo pelo fato de que a assimilação estatal do marxismo ao cânone ortodoxo soviético, doutrinariamente ateu, longe de contribuir para atenuar a incompatibilidade, a generalizava, até mesmo, em termos de "religião ou revolução" (Alonso, 2011, p. 107).

No caso cubano, além disto, fatores específicos também incidiram sobre a relação e esta dinâmica inicial de conflito e distanciamento.

Para a liderança revolucionária havia a constatação de que a Igreja Católica do país não havia denunciado e se oposto de forma contundente à ditadura de Batista³, pois, como aponta Mayedo,

Además, la abstención de la oficialidad eclesiástica había fortalecido los rumores sobre una supuesta simpatía de los obispos y el Cardenal con el batistato. Incluso, algunos condenaban tal silencio al compararlo con las valientes posturas asumidas por las jerarquías católicas de Argentina, Colombia y Venezuela contra las dictaduras militares que habían sometido a esos países latino-americanos en épocas similares (Mayedo, 2006, p. 138).

Além disto, como afirmamos anteriormente, o processo de nacionalizações (e radicalização) da revolução, consubstanciado nas diversas leis do período, principalmente relacionadas à educação e aluguéis, distanciou os interlocutores.

Finalmente, devido ao clima reinante, havia a suspeita e receio por parte da liderança revolucionária de que a Igreja Católica poderia ser influenciada pelas posturas políticas norte-americanas e contribuir para a tentativa de desestabilização do governo, apoiando a ação de grupos opositores.

Segundo Alonso, a atmosfera de tensão entre Igreja e Estado atingiu seu apogeu entre 1960 e 1962, quando "O poder revolucionário marcou sua presença quando a procissão da Virgem da Caridade do Cobre (padroeira do país), 1961, em Havana, converteu-se numa manifestação política contra ele, respondendo com a deportação para a Espanha de um bispo da arquidiocese

² Uma compreensão das posições clássicas do marxismo e dos desafios colocados pela Teologia Latino-americana pode ser encontrada em Michael Lowy (1991), *Marxismo e Teologia da Libertação*.

³ Além disto, como afirma o embaixador Lojendio: "El cubano se fija mucho en las fotografías de los diarios y juzga mucho por lo que en ellas ve. El recuerdo de la figura del Cardenal junto al Presidente de la República General Batista o de la primera dama en actos oficiales, su asistencia a recepciones en el Palacio Presidencial, se les antojan hoy a muchos cubanos, incluso a muchos católicos, manifestaciones de colaboración con el régimen que detestaban [...]" (in Mayedo, 2006, p. 138).

e 131 padres e religiosos, a maioria deles espanhóis" (Alonso, 2011, p. 108).

Neste cenário, a famosa afirmação de Fidel Castro "Por la Revolución todo, contra la Revolución nadie" selou as relações com a Igreja e determinou a dinâmica de conflito e equidistância até os anos 80. Além disto, a resolução do primeiro congresso oficial do PCC, em 1975, e a Constituição cubana do ano seguinte reafirmaram o caráter ateu do Estado e a crítica à religião como consciência falsa da realidade, contribuindo para a manutenção do distanciamento entre Igreja e Estado no país⁴.

Apesar disto, como aponta Alonso (2011), duas cartas pastorais da Igreja Católica, no final dos anos 60, contribuíram para dirimir as tensões, mas não significaram uma aproximação efetiva entre esta e o governo. A primeira demonstrava a crítica da Igreja ao bloqueio imposto pelos EUA e a segunda declarava a possibilidade de convívio e colaboração entre ambos, mais precisamente entre cristãos e ateus⁵. No entanto, apesar da iniciativa, por parte da Igreja, somente nos anos 80, haverá o início do processo de normalização das relações, que se consolidará nas décadas seguintes.

Para tanto, dois acontecimentos parecem ter sido fundamentais. O primeiro está associado à presença e à intermediação desenvolvida pelo dominicano brasileiro Frei Betto, que publicou um livro de entrevistas com Fidel Castro sobre a religião (*Fidel y la religión*, 1986) em que a máxima liderança revolucionária, embora mantendo a visão tradicional do marxismo, apontava para uma maior abertura ao fenômeno religioso em geral e destacava a atuação da Teologia da Libertação. O livro e a intermediação de Frei Betto entre as duas cúpulas, a católica e a governante, foram fundamentais para a normalização das relações, pois

Fidel admitiu que a política revolucionária, embora jamais perseguisse denominações religiosas, estava equivocada quanto à Igreja católica. Há 16 anos ele não concedia audiência aos bispos. Perguntou se eu estaria disposto a colaborar para a retomada do diálogo. Concordei, mas isso dependeria do interesse do episcopado de Cuba. Em 1981, a convite da Casa de las Américas, pisei pela primeira vez em Havana. Porém, o contato com os bispos só viria a ocorrer em fevereiro de 1983, quando a conferência episcopal me convidou para reunião no santuário nacional de Nossa Senhora do Cobre, próximo a Santiago de Cuba. Presentes o núncio apostólico e os oito bispos do país. Segundo Fidel, "Desde o início da Revolução houve muitos pecados de ambos os lados. Mais do nosso lado que do lado da Igreja", admitiu. "Eu mesmo tinha meus preconceitos em relação aos bispos e estava mal informado. Julgava monsenhor Adolfo (Rodríguez) um conservador e reacionário. Ao contrário, é um homem sério e com quem se pode conversar" (Betto, 2011, p. 218-219).

Além disto, o Encontro Nacional Eclesial Cubano (ENEC), de 1986, marcaria um ponto de inflexão no distanciamento, colocando em cena a capacidade de aproximação e reconciliação entre a Igreja e o Estado (Contreras Garcia, 2013). Isto porque o documento final do evento, embora criticasse as limitações para o exercício da liberdade religiosa, reconhecia os esforços do governo para proporcionar a todos os cidadãos os direitos fundamentais (saúde, educação...), gerando um clima propício para o diálogo. No entanto, tal reaproximação só irá se efetivar na década seguinte, no contexto da crise interna e do relativo isolamento a que a Revolução Cubana foi submetida com a fragmentação do bloco soviético.

Igreja e Estado na realidade contemporânea: do convívio à cooperação

O fim do bloco soviético, e particularmente da URSS, atingiu profundamente Cuba devido aos intensos laços que foram gestados entre o país e a comunidade socialista desde a Revolução no final dos anos 50. Tais laços profundos haviam determinado grande parte da organização econômica, política, militar e social do país (Ayerbe, 2004; Sader, 2001; Bandeira, 1998; Riverend, 1990; Coggiola, 1998).

O rompimento, involuntário e inesperado, trouxe um duplo impacto de grande magnitude. *No plano interno*, conduziu o país à sua mais grave crise econômica e social desde o advento da Revolução e, talvez, de toda a sua história. Tal crise, além disto, interagiu com outro desafio. *No plano internacional*, o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com antigos aliados conduziu o país a um relativo isolamento econômico e político no cenário internacional que, de imediato, obrigava sua liderança a reformular todo o sistema de relações internacionais (econômicas e políticas), seja para solucionar os efeitos da crise interna ou para a reinserção numa nova ordem que, em grande medida, mostrava-se adversa aos ideais revolucionários que a ilha caribenha representava.

Desta forma, entre 1990 e 1993, Cuba perdeu de maneira abrupta e intensa 85% do mercado que havia acompanhado o país durante as três décadas anteriores, assim como suas principais fontes de crédito, de assessoria técnica e de intercâmbio tecnológico, o que provocou fortes desequilíbrios na balança de pagamentos, retrocesso econômico e aumento do desemprego e subemprego, entre outras consequências. Ainda a nação perdia o abrigo que significava, desde o ponto de vista político, a ordem

⁴ Embora, como aponta Contreras Garcia (2013) o Partido Comunista Cubano reconhecesse a importância e a convergência dos adeptos da Teologia da Libertação no contexto latino-americano dos anos 70, a maioria do clero cubano não se enquadrava neste perfil, e a atuação da alta cúpula católica, ligada à Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano, tendo à frente o então cardeal J. Ratzinger, contribuiu para a manutenção do distanciamento interno.

⁵ Para uma análise destes e outros documentos fundamentais ver *La voz de la Iglesia en Cuba: 100 documentos episcopales* (1995).

bipolar e se encontrava mais exposta à situação de unipolaridade político-militar que se criava com a queda do socialismo (Sader, 2001; Almendra, 1998; Mesa-Lago, 1998).

Para superar este duplo desafio, a liderança cubana teve que promover ações que visassem à sobrevivência econômica e à reconstrução dos laços internacionais. No primeiro caso, tratava-se de reconstruir as bases econômicas do país, com a adoção de medidas que pudessem garantir o desenvolvimento das atividades econômicas e a retomada dos padrões anteriores, que foram artificialmente impulsionados pela ajuda soviética. Em relação ao segundo aspecto, tratava-se de reconstruir os laços políticos e econômicos, desenvolvendo uma política externa que atendesse aos interesses (e necessidades) nacionais.

Para tanto, a liderança cubana procurou promover uma série de mudanças constitucionais, implementadas a partir de 1992, com a nova carta visando adaptar-se à nova realidade. Neste sentido, foram fundamentais os congressos realizados pelo Partido Comunista Cubano (PCC) que apontam as razões e os princípios que orientaram as transformações do regime, bem como seus limites⁶.

Como apontam Domínguez (2004) e Bandeira (1998), o IV Congresso, que deveria ser realizado em 1990, só ocorre em 1991 no bojo da crise desencadeada pelo fim do socialismo real e das dificuldades econômicas. O objetivo fundamental foi promover o ajustamento do país diante da nova realidade internacional, iniciando o desenvolvimento de uma "estratégia de sobrevivência". Tal congresso procurou realizar uma avaliação da queda do socialismo real, afirmando que esta foi resultado de "erros evitáveis", ressaltando que significaram um desastre para o país, acentuado pela emergência de um "mundo unipolar" sob hegemonia americana. Para sobreviver, o congresso apontava que "el objetivo supremo es salvar a la Patria, la Revolución y el Socialismo".

Neste sentido, o país procurou promover uma aproximação com os governos comunistas restantes, realizar o repatriamento de tropas cubanas na África e América Latina, aumentar sua disposição de trabalho no sistema ONU, combater o dogmatismo e promover uma liberalização religiosa interna e, principalmente, desenvolver uma nova política econômica que, reafirmando as mudanças já em curso, garantisse a superação da crise aumentando as fontes de capitais – em suma, incentivando o turismo, promovendo a liberalização do emprego e reafirmando e aprofundando a nova política de atração de investimentos

estrangeiros⁷. Tais orientações fundamentam o desenvolvimento de mudanças legais posteriores, entre as quais são emblemáticas a Constituição de 1992, a nova Lei Eleitoral, a nova Lei de Investimentos Estrangeiros. Em síntese, tratava-se de sobreviver sem alterações profundas do regime ou, quando estas se tornassem inevitáveis, que fossem controladas pela liderança (PCC, 1992; Domínguez, 2004; Alonso, 1998).

Em 1997, realiza-se o V Congresso do PCC, em que predomina um sentimento de alívio devido à sobrevivência, a partir dos primeiros sinais de recuperação econômica que reafirmaram a constatação de que o pior já havia passado, confirmando que o clímax da crise ocorrera entre 93-94 e, em seguida, começa o processo de recuperação econômica. Além disto, o principal debate se concentrou nos efeitos das mudanças e no aprofundamento ou não das reformas econômicas.

Sendo assim, procurava-se demonstrar os efeitos negativos de certas estratégias econômicas, como o desenvolvimento das Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), e discutiu-se diminuir ou revisar algumas das reformas adotadas. Além disto, o congresso rejeitou uma proposta para a abertura de algumas atividades a pequenas e médias empresas.

O retrocesso só não foi maior devido à intervenção de Carlos Lage, principal dirigente econômico e promotor das reformas nesta área, que apontava a dificuldade que uma nova retomada do estatismo significaria, entre elas a queda de investimentos e o estancamento do crescimento, procurando enfatizar que a eficiência deveria ser promovida, desde que preservasse a essência dos valores socialistas (PCC, 1992; Domínguez, 2004; Alonso, 1998).

No entanto, o elemento fundamental no aspecto legal foi o advento e o aprofundamento das mudanças constitucionais com a adoção da nova carta em 1992, que veio substituir a anterior claramente inspirada na URSS e no marco do socialismo real⁸. Esta Constituição instaurou um novo ordenamento jurídico-institucional e, principalmente, pavimentou o caminho das reformas, em diversos setores. A nova carta se mostrava mais aberta e inclusiva ao procurar legitimar, de forma retroativa, as mudanças na forma de propriedade e produção para atrair os investimentos estrangeiros, como aponta Domínguez (2004).

A análise geral de tal carta aponta para inúmeras inovações⁹, marcando um processo de desideologização que perpassa as esferas econômicas, sociais e políticas.

⁶ Para o acompanhamento dos discursos e resoluções dos congressos do PCC nos anos 90, ver *IV Congreso del Partido Comunista de Cuba* (1992); e *V Congreso del Partido Comunista de Cuba: resoluciones* (1998).

⁷ A apresentação das reformas foi realizada por Carlos Aldana, que neste período era considerado ideólogo do partido e o número três na hierarquia partidária, abaixo apenas dos irmãos Castro. Em 1993, porém, ele foi expulso do partido por estar implicado em negócios fraudulentos (Domínguez, 2004; Alonso, 1998).

⁸ Vale ressaltar que a Constituição de 1992 foi aprovada pelo IV Congresso do PCC, e, diferentemente da de 1976, que foi a plebiscito, esta só foi referendada pela população em 2002.

⁹ Obviamente há diversas interpretações sobre estas mudanças. Para Ayerbe (2004) e Sader (2001), estas apenas visavam à sobrevivência, sendo adotadas a contragosto, mantiveram o essencial e, fundamental, significaram democratização do regime. Para Domínguez (2004) e outros, representam a manutenção do caráter autoritário, principalmente devido às formulações presentes nos artigos 53, 62 e 67 sobre a liberdade de expressão e organização e a faculdade do presidente de legislar e suprimir direitos, ou seja, condicionando os avanços aos fins socialistas proclamados.

O primeiro elemento de tal processo refere-se à ênfase no nacionalismo em detrimento do campo socialista e, principalmente, do marxismo-leninismo como guia fundamental da organização do país. Desta forma, já no preâmbulo se retiram as referências aos países socialistas, em que se apontava: "Guiados y apoyados por el internacionalismo proletario, en la amistad fraternal y la cooperación de la Unión Soviética y otros países socialistas y en la solidaridad de los trabajadores y pueblos de América Latina y el mundo [...]" foi substituída por "Guiados por el ideario de José Martí y Lenin y las ideas político-sociales de Marx-Engels, apoyados en el internacionalismo proletario, en la amistad fraternal de los pueblos del mundo específicamente de América Latina y el Caribe [...]" (Constitución de La República de Cuba, 1992). Ou seja, retira-se a referência à vitoriosa doutrina do marxismo-leninismo e à URSS para destacar José Martí, enfatizando o nacionalismo como elemento fundamental da política – interna e externa – cubana, e destaca-se a união com os países de América Latina.

Além disto, procura-se destacar que o papel do Estado é servir a todos e para o bem de todos; sendo assim, enquanto o artigo 54 da Constituição anterior proclamava que o Estado promovia uma "concepção científica materialista do universo", na qual baseava suas ações, garantindo a liberdade de consciência e culto, o novo artigo procura abolir esta referência.

Outra novidade importante refere-se ao fato de que a nova Constituição procurou abarcar a todos os cubanos, diminuindo os elementos de marginalização, mostrando-se mais aberta e inclusiva, procurando representar toda a sociedade e a diversidade de grupos nascentes. Neste sentido, merece destaque a nova mentalidade de propriedade e produção, bem como a liberdade religiosa e de estrutura partidária, apresentando uma apreciação mais tolerante em relação às diferentes visões no interior da sociedade cubana que apontava. Como destaca Ayerbe (2004), um evidente sinal desta mudança refere-se ao reconhecimento formal, por parte do Estado, do respeito e da garantia de liberdade religiosa como afirma o artigo 8:

El Estado reconoce, respeta y garantiza la libertad religiosa. En la República de Cuba, las instituciones religiosas están separadas del Estado. Las distintas creencias y religiones gozan de igual consideración (Constitución de La República de Cuba, 1992).

Isto significa que o materialismo histórico que havia orientado a ação do regime para com diferentes crenças e que levava à perseguição dos cultos afro-cubanos e da Igreja Católica, por diferentes razões, ao longo do período revolucionário, seria agora revisto e que tais grupos estariam livres da perseguição religiosa estatizada e, inclusive, os próprios membros do partido poderiam assumir, publicamente, suas crenças religiosas¹⁰.

Em suma, a nova Constituição procura responder aos imperativos do novo contexto internacional e combiná-los com os princípios socialistas; ao procurar isto, procura ser mais inclusiva, mais tolerante e aberta às crenças e às organizações religiosas, baseando-se no nacionalismo e diminuindo o peso do marxismo-leninismo, propiciando novas formas de propriedade e oferecendo maior abertura aos capitais. Mas não consegue dirimir adequadamente a relação e a convivência entre os princípios socialistas e a abertura ao capital externo, além de se mostrar autoritária em certos aspectos. Além disto, adotam-se medidas de autonomia local, como instrumento para superar a crise, promovendo uma descentralização das decisões administrativas que contrariava a tendência histórica de centralização do poder ao longo da revolução. Enfim, trata-se da combinação de avanço e retrocesso, de mudança e continuidade, de abertura e controle eficaz, garantindo a sobrevivência do regime a nível político e fornecendo os meios econômicos para sua sobrevivência (Sznajder e Roniger, 2001; Domínguez, 2004).

Desta forma, a política interna se mostra mais compreensível e tolerante com as crenças religiosas¹¹, contribuindo para um dos grandes momentos da política externa do país como a aproximação com o Vaticano¹² e a realização da visita papal de 1998, considerada um dos eventos que contribuíram para romper o isolamento cubano naquele período. Tal evento marca, definitivamente, o processo de reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado cubano, iniciado nos anos 80, contribuindo para o retorno à normalidade, ainda que acidentada, como aponta Alonso (2011), das relações entre a Igreja e o Estado.

Tal normalidade se reflete na ampliação da estrutura e das ações católicas. Desta forma, existem atualmente 11 dioceses e 3 arquidioceses (em 1989 eram 5 dioceses e 2 arquidioceses); aumentou o número de sacerdotes (cerca de 400), que havia permanecido estagnado, e, em 2010, depois de um longo período, foi inaugurado um novo seminário diocesano; finalmente, ampliaram-se, consideravelmente, o número e a relevância de publicações católicas (Alonso, 2011). Em 2010, segundo o Instituto de Estudos Sociorreligiosos de Havana, havia 600 templos católicos, contra 900 de outras denominações religiosas protestantes como metodista, adventista, presbiteriana, luterana, batista e outras somadas; e, fundamental, a Igreja Católica exerce o papel de interlocutor interno do regime (Contreras Garcia, 2013).

Apesar de sua base social reduzida, a Igreja parece estar contribuindo para o renascimento da sociedade civil cubana e, diferentemente dos períodos anteriores, quando ocorreram conflitos com o regime, pode agora desempenhar suas atividades, inclusive criticando certos aspectos do regime, como apontava a declaração dos bispos: "Nosotros, los obispos de Cuba rechazamos cualquier tipo de medida que, con el fin de castigar al

¹⁰ Em 1997, o governo realizou uma pesquisa que demonstrou que 80% da população acreditava em "algo transcendental", mas apenas 15% declarava pertencer a uma denominação religiosa.

¹¹ Para uma análise da questão religiosa em Cuba, ver o artigo "Religión, hegemonía y cambios sociales en Cuba" (CIPS, 2000).

¹² Nos anos 90, mesmo com o ressurgimento da Igreja Católica, sua base social é relativamente pequena.

gobierno cubano, sirva para agravar los problemas de nuestro pueblo. [...]” Criticaram a prática oficial que “lleva a términos de identidad que no pueden hacerse sinónimo, tales como patria y socialismo, cubano y revolucionario” e a limitação de liberdades pela “excesiva vigilancia de parte de las agencias de seguridad del Estado que incluso se extienden a la vida estrictamente privada de las personas”; lamentando, inclusive, “el alto número de prisioneros retenidos” (La Voz de la Iglesia, 1995, p. 274).

Como afirmamos anteriormente, o marco fundamental desta nova dinâmica foi a visita do papa João Paulo II à ilha, em 1998, que adquiriu uma grande importância. Apesar das relações tensas e conflitivas ao longo do processo revolucionário cubano entre a hierarquia da Igreja Católica no país e as lideranças revolucionárias e, em segundo lugar, da reconhecida atuação deste líder católico, que, para muitos, havia contribuído de maneira significativa para a derrocada dos regimes comunistas, em seu país natal, a Polônia, e também em todo Leste Europeu, sua visita foi determinante para a superação do relativo isolamento internacional a que o país estava submetido.

Tal visita obteve uma ampla repercussão, contribuindo para o desenvolvimento do objetivo fundamental da política externa cubana, e pode ser compreendida em duas dimensões. Por um lado, consolidou a normalização das relações entre Igreja e Estado¹³, pois, como afirma Calzadilla,

La visita de Karol Wojtila fue indudablemente un acontecimiento de importancia, calificado de histórico por la prensa extranjera. En su instancia en Cuba el Papa incluyó en su discurso algunos elementos de crítica social y política al tiempo que silenció los logros alcanzados en diferentes campos. Sin embargo, no se justifican presagios que se hicieron sobre los cambios radicales en Cuba, incluso en términos calamitosos. La visita deja un saldo favorable balanceado para el proyecto cubano y para la iglesia. Un propósito evidente del Papa fue reforzar la autoridad de la iglesia local y contribuir a ampliar su espacio, respaldando sus demandas (Calzadilla, 1998, p. 14).

Além disto, vale ressaltar que esta visita possibilitou à liderança cubana, ao mobilizar um número relativamente grande de jornalistas que a cobriram, demonstrar que o regime realizava um processo de abertura parcial e possuía um novo aliado, principalmente, pelas posições assumidas pelo Papa em seus discursos, condenando o bloqueio norte-americano e rechaçando o neoliberalismo como alternativa¹⁴.

Certamente tal ação pode ser percebida sob diferentes perspectivas. O que destacamos é que isto contribuiu para a percepção, real ou simbólica, da eficácia da diplomacia do país, que desde 1979 procurava tornar possível a visita do Papa e conse-

guiu realizar o seu intento nesta década. Neste sentido, descrevendo o ambiente da visita, Salazar afirma que

Tanto el gobierno cubano como el Vaticano manifestaron sus satisfacciones por las evidentes coincidencias de puntos de vistas sobre la actual situación del mundo que se habían producido entre ambas personalidades. [...] En ese ambiente, tanto la Conferencia Episcopal de la Isla como el Estado Vaticano se sumaron a la condena de la Ley Helms-Burton (Salazar, 1997, p. 177).

Desde então, ainda que marcadas por uma normalidade acidentada, as relações entre Igreja e Estado melhoraram consideravelmente, tornando a primeira uma das instituições mais fundamentais da sociedade civil de Cuba e a principal interlocutora interna do regime. Isto possibilitou que a Igreja adquirisse um protagonismo societal, inclusive como mediadora entre o governo e a oposição (Espacio Laical, 2010). Apesar do reconhecimento de que não há coincidência plena, consideramos que tais relações adquiriram um grau elevado de maturidade.

Tal processo parece ter se acentuado com a ascensão de Raúl Castro, confirmada em 2008, e a instauração de um conjunto de reformas, internamente conhecidas como a atualização do modelo, que indicam um caminho de maior liberalização econômica e transição política, dentro do ideário socialista. De imediato, a Conferência dos Bispos de Cuba emitiu uma declaração, publicada no *Granma*, em que afirmava:

En estos momentos nuestra oración se eleva para que la Asamblea Nacional del Poder Popular renovada, el Consejo de Estado y el nuevo presidente, Raúl Castro, reciban la luz de lo alto para llevar adelante con decisión esas medidas transcendentales que sabemos deben ser progresivas, pero que pueden comenzar a satisfacer desde ahora las ansias e inquietudes expresadas por los cubanos (Declaración de los Obispos de Cuba, 2008).

Além disto, o ex-secretário de Estado do Vaticano, cardeal Tarcisio Bertone, tornou-se o primeiro representante estrangeiro a se reunir com o novo líder cubano, acentuando a proximidade entre a alta hierarquia católica e o governo cubano.

Desta forma, a alusão de Raúl Castro ao diálogo com a Igreja Católica na inauguração do VI Congresso do PCC, em 2011 e a visita do Papa emérito Bento XVI, em 2012, reafirmaram a consolidação e a normalização, embora acidentada, das relações entre ambos, confirmando o que aponta Contreras Garcia:

Las relaciones entre la Iglesia Católica y el Estado cubano atraviesan actualmente uno de los mejores momentos de su his-

¹³ Para uma avaliação das repercussões internas desta visita ver, entre outros, “Wojtila: huracán sobre Cuba” (Betto, 1998) e o artigo “Marxismo y Cristianismo” (Girardi, 1998) ambos publicados na revista *América Libre*.

¹⁴ Um aspecto significativo apontado por Alonso é que “O atual secretário de Estado, Tarcisio Bertone, lembra em seu recente livro sobre a vida do papa Wojtila: ‘Fidel Castro mostrou afeto pelo papa, que já estava doente, e João Paulo II me confiou que possivelmente nenhum chefe de Estado tinha se preparado tanto para uma visita de um Pontífice’. O autor também comenta que Fidel conhecia as encíclicas e os principais discursos do papa, e até mesmo algumas de suas poesias” (Alonso, 2011, p. 111).

toria, aunque estas dos instituciones mantienen serias discrepancias sobre cuáles han de ser los derechos fundamentales del ser humano y los principios sobre los que debe sustentarse la sociedad civil. En los últimos años, los obispos de Cuba han tratado de acercar posiciones con el gobierno castrista a través del diálogo, con el doble propósito de recuperar los espacios perdidos al triunfo de la revolución y de contribuir a la adopción de medidas reformistas que puedan facilitar, en el futuro, un proceso de transición hacia la democracia (Conteras García, 2013, p. 193).

Vale ressaltar que tal reaproximação demonstra uma convergência, inédita na história recente do país, marcada por benefícios e críticas. No primeiro caso, a liderança cubana parece ter encontrado um interlocutor confiável e mais amistoso que os grupos dissidentes e que lhe confere uma legitimidade, interna e externa, necessária ao novo contexto internacional; já para a Igreja Católica, tal reaproximação consolida sua posição como principal interlocutor e mediador interno dos conflitos e mudanças que perpassam o regime cubano, impulsionando seu papel na sociedade cubana contemporânea. No entanto, esta relação enfrenta críticas de grupos opositores, próximos ou distantes da Igreja Católica, por considerarem demasiado moderada sua atuação; do lado do governo, ainda persistem dúvidas sobre as reais intenções e o grau de comprometimento da Igreja com o ideário socialista.

Tal papel de mediadora de conflitos internos e internacionais tem se combinado com o pragmatismo da era Raúl Castro e tornou-se evidente na atuação da Igreja Católica, através do Vaticano, nas negociações para a retomada das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, anunciada em 2014. Neste caso, dada a importância, simbólica e real, de tal retomada, pode-se apontar que tal função contribuiu para a consolidação dos movimentos acima mencionados e impulsionou a importância e a presença da Igreja na sociedade cubana. Além disto, a convergência com as posições adotadas pelo novo papa, Francisco I, pode contribuir para o aprofundamento desta atuação.

Um aspecto a ser destacado, que evidencia o novo momento das relações e a relevância da Igreja Católica no cenário interno cubano, é que os três últimos papas visitaram a ilha, enquanto que, entre os anos 60 e 80, nenhum papa havia feito isto.

De qualquer forma, tal reaproximação permite constatar que, como aponta Alonso,

Podemos afirmar, a essa altura, que o catolicismo resgatou uma influência institucional e, ao mesmo tempo, um lugar significativo na demografia religiosa cubana. Foi criado um espaço para a Igreja católica, proporcionalmente mais compartilhado, hoje, com o mundo das denominações protestantes e com a presença de religiosidade de origem africana, que não se limita a san-teiros e "paleros", em sentido rigoroso, mas que atravessa amplos setores da freguesia católica. [...] Em todo caso, o espectro religioso cubano de hoje talvez seja o que maiores conquistas reflete, na história de Cuba, na superação das discriminações e na contribuição para fomentar um clima de liberdade religiosa sem diferenças de credos (Alonso, 2011, p. 114).

Conclusão

Ao longo deste trabalho, procuramos analisar a relação entre Igreja e Estado em Cuba, considerando a atuação da Igreja Católica em Cuba, desde o início do processo revolucionário (1959) até os dias atuais. Neste sentido, procuramos demonstrar que, se na década de 60 as relações foram marcadas pela tensão e equidistância, na primeira década do século XXI elas adquiriram um grau de maturidade, de confiança e cooperação, ainda que se mantenham focos de conflito.

A tensão e a equidistância dos anos 60, influenciadas pelo contexto da época, só podem ser compreendidas quando se considera a atuação da liderança revolucionária e da hierarquia católica, a incompatibilidade de objetivos e as fontes de divergência. No caso de Igreja, dois elementos determinaram o distanciamento: o forte discurso anticomunista, intenso numa igreja conservadora, e os atos revolucionários do novo governo consubstanciados nas leis de educação e reforma urbana que afetaram diretamente os interesses da Igreja. Em relação à liderança revolucionária, foi determinante o ateísmo do marxismo clássico, a perspectiva de que a Igreja não havia denunciado e combatido a ditadura de Batista e, em menor medida, o receio de que a Igreja acolhesse grupos contrários ou pudesse ser influenciada pela propaganda norte-americana.

Desde o final dos anos 60 até os 80, embora ocorressem sinais de abertura e aproximação de ambas as partes, as dificuldades de compreensão e os focos de conflito foram predominantes.

Isto se modifica, efetivamente, a partir dos anos 90, devido às profundas transformações na política interna e internacional. Neste sentido, a queda do bloco soviético trouxe para a liderança do país um duplo desafio: a necessidade de enfrentar a profunda crise econômica e de reconstruir as relações internacionais. Para tanto, foi necessário um conjunto de reformas, em diversos planos, que contribuíram para a aproximação.

Desta forma, ocorre em Cuba um processo de revisão e adaptação do ideário socialista à nova realidade que alimenta o processo de reformas, abrindo espaços para o entendimento e a cooperação entre o governo e a Igreja. O ponto culminante desta relação ocorre com a visita do papa João Paulo II à Ilha, em 1998. Para a liderança cubana, tal visita significou a consolidação da estratégia de reinserção no cenário internacional e legitimação da política interna. Para a Igreja, tal visita consolidou seu espaço institucional na nova realidade, credenciando-a como ator importante no atual processo político do país. Desde então, todos os papas católicos visitaram o país. Desta forma, podemos afirmar que a tensão e a equidistância foram substituídas pelo diálogo e cooperação, demonstrando um amadurecimento de ambos os lados, embora continuem persistindo focos de conflito.

Referências

ALMENDRA, C.C. 1998. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: O. COGGIOLA, *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo, Ed. Xamã, p. 135-154.

- ALONSO, A. 2011. A Igreja católica, a política e a sociedade. *Revista de Estudos Avançados*, 25(72):107-115.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000200010>
- ALONSO, F.R. 1998. El V Congreso del Partido Comunista de Cuba. *América Latina Hoy*, 18:61-71.
- AYERBE, L.F. 2004. *A Revolução Cubana*. São Paulo, Editora UNESP, 133 p.
- BANDEIRA, L.A.M. 1998. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 687 p.
- BETHELL, L. 2001. *História da América Latina: da Independência a 1870 (vol. III)*. São Paulo, Edusp, 652 p.
- BETTO, F. 2011. Recuerdos de Cuba: à luz dos 52 anos de Revolução. *Revista de Estudos Avançados*, 25(72):217-226.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000200017>
- BETTO, F. 1998. Wojtila: huracán sobre Cuba. *América Libre*, 13:114-120.
- BETTO, F. 1986. *Fidel e a religião*. 16ª ed., São Paulo, Brasiliense, 382 p.
- CALZADILLA, J.R. 1998. Las relaciones Iglesia-Estado y Religión-Sociedad en Cuba. CIPS, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, Ciudad de La Habana, 15 páginas. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Cuba/cips/20120824041639/ramirez.pdf>. Acesso em: 12/11/2015.
- CENTRO DE INVESTIGACIONES PSICOLÓGICAS Y SOCIOLÓGICAS (CIPS). 2000. *Religión, hegemonía y cambios sociales en Cuba*. La Habana, 52 p.
- COGGIOLA, O. 1998. *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo, Ed. Xamã, 229 p.
- CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA. 1992. Constitución socialista reformada en el año de 1992. Disponível em: <http://www.uniondejuristadecuba.cu/constituciones>. Acesso em: 20/03/2011.
- CONTRERAS GARCIA, D. 2013. Iglesia Católica y Estado en la República de Cuba: pasado y presente de sus relaciones. *América Latina Hoy*, 63:177-195.
- DECLARACIÓN DE LOS OBISPOS DE CUBA. 2008. Disponível em: www.iglesiadecuba.org. Acesso em: 12/12/2013.
- DOMÍNGUEZ, J. 2004. El sistema político cubano en los noventa. In: V. BOBES, R. ROJAS, *La transición invisible*. Ciudad de México, Oceano, p. 21-86.
- ESPACIO LAICAL. 2010. Acerca de la mediación de la Iglesia Católica en Cuba. *Espacio Laical*, 4:1-33. Disponível em <http://espaciolaical.org/contens/24/3451.pdf>. Acesso em: 13/12/2013.
- GIRARDI, G. 1998. Marxismo y Cristianismo. *América Libre*, 13:121-142.
- LA VOZ de la Iglesia en Cuba: 100 documentos episcopales. 1995. México, Obra Nacional de la Buena Prensa, 360 p.
- LOWY, M. 1991. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Cortez, 120 p.
- MAYEDO, I.S. 2006. La Iglesia católica en el epicentro de las transformaciones. In: R. PLÁ LEÓN Y ARÓSTEGUI; G. MELY, *Marxismo y Revolución*. La Habana, Ed. Ciencias Sociales, p. 134-152.
- MESA-LAGO, C. 1998. Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa. *América Latina Hoy*, 18:19-39.
- PCC. 1992. *IV Congreso del Partido Comunista de Cuba*. La Habana, Editora Política, 408 p.
- PCC. 1998. *V Congreso del Partido Comunista de Cuba: resoluciones*. La Habana, Editora Política, 205 p.
- RIVEREND, J. Le. 1990. Cuba: do semicolonialismo ao socialismo, 1933-1975. In: P.G. CASANOVA, *América Latina: história de meio século*. Brasília, UNB, p. 59-115.
- SADER, E. 2001. *Cuba: um socialismo em construção*. Petrópolis, Vozes, 119 p.
- SALAZAR, L.S. 1997. *Cuba: aislamiento o reinserción en un mundo cambiado?* La Habana, Ciencias Sociales, 184 p.
- SZNADJER, M.; RONIGER, L. 2001. Política, ethos social e identidade en la Cuba contemporânea. *América Latina Hoy*, 29:155-178.

Submetido: 04/09/2015

Aceito: 10/02/2016